

LEI MUNICIPAL Nº. 1622, DE 13 DE OUTUBRO DE 2016.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017”.

Sul,
PREFEITO MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO DO LEÃO, Estado do Rio Grande do
FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

- LEI -

CAPITULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º- Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no Art. 53 da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2017, compreendendo:

- I - as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
- III - a organização e estrutura do orçamento;
- IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- V - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas nos seguintes demonstrativos:

- I - Demonstrativo das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000;
- II – Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2015;
- III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2017, 2018 e 2019, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2014, 2015 e 2016;
- IV - Demonstrativo da memória de cálculo das metas fiscais de receita e despesa;
- V - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, conforme art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
- VI - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/2000;
- VII - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
- VIII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/2000;
- IX – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2017 deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de resultado primário e resultado nominal que integra esta Lei.

§ 2º - Proceder-se-á à adequação das metas fiscais previstas se, durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os Demonstrativos previstos nos incisos I e III deste artigo serão atualizados e encaminhados juntamente com a proposta orçamentária para o exercício de 2017.

Art. 3º - Estão discriminados, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da LC nº 101/2000.

§ 1º - Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência é confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º - Também são passivos contingentes, obrigações presentes decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2017, seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º - Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o "superavit" financeiro do exercício de 2015, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º - Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

CAPÍTULO III

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º - As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017 - Lei Municipal nº1433, de 29 de Agosto de 2013, e suas alterações, especificadas nos anexos integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos Lei Orçamentária.

§ 1º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo, a lei orçamentária, atualizá-los.

§ 2º - A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2017 observará o atingimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o *caput* deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;

IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público evidenciadas

no Anexo IV desta Lei.

§ 3º - Proceder-se-á adequação das metas e prioridades de que trata o *caput* deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2017 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º - Na hipótese prevista no § 3º, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

§ 1º - Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

§ 4º - As operações especiais destinadas ao pagamento de encargos especiais do Município, referidos no parágrafo único do art. 4º da Portaria MOG nº 42, de 14 de abril de 1999, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

Art. 6º - Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

Parágrafo Único - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social ressalvadas o disposto no § 1º deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 7º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 8º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei nº 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº4.320/1964;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão de aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino nos termos do art. 212 da Constituição Federal e dos artigos 70 e 71 da Lei nº9.394/1996;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do art. 13 desta Lei.

CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 10 - Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

Parágrafo único - A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada à Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

Art. 11 - Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2017.

Parágrafo único - Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art.12 - A lei orçamentária conterà reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - cobertura de créditos adicionais;

II - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º - Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso II do *caput* não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº4.320/1964.

§ 2º - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu "*superavit*" orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

Art. 13 - Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídas novas ações na Lei Orçamentária de 2017 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do anexo desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único - o disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 14 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº8.666/93, conforme o caso.

§ 2º - No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2017, em cada evento, não exceda a duas vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 15 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos das obras e dos serviços públicos.

Parágrafo Único - Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 16 - As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2ºserão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Parágrafo único - Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 17 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

§ 1º - As receitas de que trata os incisos I, II e IV deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º - O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

Art. 18 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

Art. 19 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – Diárias de viagem;

VI – Horas extras.

§ 1º - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2015, observada a vinculação de recursos.

§ 2º - Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3º - Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º - Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado por órgão.

§ 5º - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 6º - Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº101/2000.

Art. 20 - O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º - Ao final do exercício financeiro de 2017, o saldo de recursos financeiros porventura existente será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 2º - O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2018.

Art. 21 - Os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único - Na Lei Orçamentária Anual, a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º - A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º - A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2017, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Art. 23 - Para efeito do disposto no § 1º, do art. 1º e do art. 42 da LC nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere, observado, quando cabível, o disposto no § 1º, do art. 25 desta Lei.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Seção IV **Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária**

Art. 24 - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

§ 2º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem.

§ 3º - Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 30 dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 25 - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2017, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 26 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária.

Art. 27 - O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único - A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 28 - As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V
Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas
Subseção I
Das Subvenções Sociais

Art. 29 - A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 da Lei nº4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde, educação e desporto.

Subseção II
Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 30 - A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2017; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Parágrafo único - o disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas dele decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2017.

Art. 31 - A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei nº4.320, de 1964.

Subseção III
Dos Auxílios

Art. 32 - A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do

Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

V - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;

VI - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único - no caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção IV Das Disposições Gerais

Art. 33 - Sem prejuízo das disposições contidas nos arts. 30, 31, 32 e 33 desta Lei, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº4.320/64, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação, no termo ou instrumento congêneres;

III - inexistência de prestação de contas rejeitada pelo Município;

IV - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, além da comprovação da atividade regular nos últimos três anos, inclusive com inscrição no CNPJ, por meio da declaração de funcionamento regular da entidade beneficiária, emitida pelo conselho municipal respectivo;

Art. 34 - As determinações contidas nesta seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões de habitabilidade e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivem em localidades urbanas e rurais.

Art. 35 - A destinação de recursos de que trata esta Lei, não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

Art. 36 - É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 30, 31, 32 e 33, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

Art. 37 - A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da LC nº101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

Art. 38 - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 39 - Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, cujos empenhos deverão ser feitos, obrigatoriamente, na modalidade de aplicação “71 – Transferências a Consórcios Públicos” e no elemento de despesa “70 – Rateio de Participação em Consórcio Público”.

Art. 40 - As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

Art. 41 - Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata esta seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único - ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenientes ou executores, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

Seção VI

Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 42 - No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros não inferiores a 12% (doze por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré -seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º - Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º - As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 43 - A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 44 - O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitadas os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 45 - No exercício de 2017, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

§ 1º - Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de Setembro de 2015, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no Art. 48 desta Lei.

§ 2º - A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º, do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 46 - Para fins dos limites das despesas com pessoal, previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da LC nº 101/2000, deverão ser incluídas:

I - as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal;

II - as despesas decorrentes da contratação de serviços de terceiros quando caracterizarem substituição de servidores públicos;

III - as despesas custeadas com recursos entregues pelo Município a Consórcios Públicos para aplicação em pessoal, na forma prescrita pela Portaria nº 72, de 01 de fevereiro de 2012, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parágrafo único - Não se considera como substituição de servidores públicos, os contratos de serviços de terceiros relativos a atividades que:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do Município, salvo expressa disposição legal em contrário, ou sejam relativas a cargo ou categoria funcional extintos, total ou parcialmente;

II - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 47 - O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

Art. 48 - Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

- I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
- II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
- III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra

alternativa possível.

CAPÍTULO VIII DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 49 - As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2017, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 50 - Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do Art. 49, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 51 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º - A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º - Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º - Não se sujeita às regras do § 1º a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

Art. 52 - Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único - A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 54 - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei Municipal nº 1433/2013 - Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º - Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

- a) pessoal e encargos sociais e
- b) serviço da dívida.

§ 2º - Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º - As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

Art. 55 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 56 - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2015, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º - Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

Art. 57 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO DO LEÃO, em 13 de Outubro de 2016.

LUIZ AUGUSTO SCHMIDT
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

REJANI SCHÜNKE GIOVANAZ
Secretária de Administração
e Planejamento

MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO DO LEÃO
ANEXO DE METAS LDO PARA 2017

ÓRGÃO: PODER LEGISLATIVO

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PODER LEGISLATIVO

Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
01.01 – Aquisição de veículos	Adquirir veículo para atender os serviços do Poder Legislativo	Próprios	50.000,00
01.02 – Modernização dos Serviços Legislativos	Aquisição de Móveis e Utensílios, Equipamentos de Informática, e Outros Equipamentos	Próprios	15.000,00
01.03 – Reformas, conservação de prédios de uso da câmara	Adequar o espaço físico e manter em boas condições de utilização o prédio de uso da Câmara, através de ações conservadoras tais como: reformas, pinturas e substituições de materiais de construção julgados inadequados ou inservíveis	Próprios	50.000,00
01.04 – Aquisição e /ou indenização de imóvel	Aquisição e/ou indenização de imóvel urbano ou rural para construção de sede da Câmara de Vereadores	Próprios	200.000,00
TOTAL		R\$	315.000,00

02 ÓRGÃO: GABINETE DO PREFEITO**01 UNIDADE: GABINETE DO PREFEITO****METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO GABINETE DO PREFEITO***Exerc. 2017*

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
02.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente.	Adquirir móveis, equipamentos e utensílios para equipar convenientemente o Gabinete do Prefeito.	Próprios	10.000,00
02.02 – Auxílios.	Destinar auxílios entidades legalmente constituídas e com finalidade social, educacional, cultural, comunitárias e desportivas, assim como a eventos de interesse local realizados no Município.	Próprios	50.000,00
02.03 – Aquisição de Veículo	Aquisição de um veículo para atendimento aos serviços do Gabinete.	Próprios	50.000,00
02.04 – Aquisição de veículo	Aquisição de um veículo para atendimento aos serviços do Gabinete.	Convênios com Estado e União	50.000,00
TOTAL		R\$	160.000,00

03 ÓRGÃO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**01 UNIDADE: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA*Exerc. 2017*

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
03.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente.	Adquirir computadores, impressoras, arquivos de aço, máquinas e equipamentos, para melhorar e agilizar os serviços de competência da Secretaria. Inclusive Veículo.	Próprios	35.000,00
03.02 – Reformas, conservação e manutenção de prédios públicos.	Adequar espaços físicos e manter em boas condições de utilização os prédios de uso público, através de ações conservadoras tais como: reformas, pintura, e substituição de materiais de construção julgados inadequados ou inservíveis.	Próprios	100.000,00
03.03 – Reformas, conservação e manutenção de prédios públicos.	Adequar espaços físicos e manter em boas condições de utilização os prédios de uso público, através de ações conservadoras tais como: reformas, pintura, e substituição de materiais de construção julgados inadequados ou inservíveis.	Convênios	300.000,00
03.04 – Aquisição de Veículos	Aquisição de um veículo para atendimento aos serviços da Secretaria	Próprios	50.000,00
TOTAL		R\$	485.000,00

04 ORGÃO: SECRETARIA DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
01 UNIDADE: SECRETARIA DA FAZENDA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA

Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
04.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente.	Adquirir computador, impressoras e equipamentos, para melhorar e agilizar os serviços de responsabilidade da Secretaria.	Próprios	30.000,00
04.02 – Amortização da Dívida Fundada interna.	Amortizar a dívida contratada junto a órgãos governamentais e instituições financeiras decorrentes de débitos de obrigações patronais e previdenciárias, especialmente junto ao FSSM, incluindo-se os encargos resultantes.	Próprios	80.000,00
04.03 – Precatórios Judiciais	Cumprir pagamento de Precatórios Judiciais Conforme decisões judiciais	Próprios	300.000,00
04.04 – Aquisição de veículos	Aquisição de Veículo atendimento aos serviços da secretaria	Convênio	50.000,00
TOTAL		R\$	460.000,00

05 ÓRGÃO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**01 UNIDADE: DESPESAS DO ENSINO BÁSICO****METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA***Exerc. 2017*

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
-------------	-----------------	-----------------	----------------

05.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas do Município e SMEC. E.F.	Adquirir equipamentos e material permanente para uso nas escolas do sistema municipal de ensino fundamental e infantil e também para o setor Administrativo da SMEC.	Próprios	50.000,00
05.02 – Construção e reforma de prédios Escolares e de quadras esportivas.	Construção de prédio escolar em alvenaria para (a especificar), reformas (a especificar) e quadras de esportes para escolas municipais, assim como adquirir equipamentos e mobiliários para escolas do Sistema Municipal de Ensino (a especificar)	Próprios	100.000,00
05.03 – Construção e reforma de prédios Escolares e de quadras esportivas.	Construção de prédio escolar em alvenaria para (a especificar), reformas (a especificar) e quadras de esportes para escolas municipais, assim como adquirir equipamentos e mobiliários para escolas do Sistema Municipal de Ensino (a especificar)	Estadual	50.000,00
05.04 – Construção e reforma de prédios Escolares e de quadras esportivas.	Construção de prédio escolar em alvenaria para (a especificar), reformas (a especificar) e quadras de esportes para escolas municipais, assim como adquirir equipamentos e mobiliários para escolas do Sistema Municipal de Ensino (a especificar)	Federal	300.000,00
05.05 – Adquirir Veículos para Transporte Escolar do Ensino Fundamental e para uso da Secretaria.	Adquirir veículos próprios para transporte escolar do Ensino Fundamental e ou veículo leve para atendimento aos serviços da Secretaria da Educação.	Próprios	60.000,00
05.06 – Adquirir Veículos para Transporte Escolar do Ensino Fundamental e para uso da Secretaria.	Adquirir veículos próprios para transporte escolar do Ensino Fundamental e ou veículo leve para atendimento aos serviços da Secretaria da Educação.	Estadual	50.000,00
05.07 – Adquirir Veículos para Transporte Escolar do Ensino Fundamental e para uso da Secretaria.	Adquirir veículos próprios para transporte escolar do Ensino Fundamental e ou veículo leve para atendimento aos serviços da Secretaria da Educação.	Federal	150.000,00
TOTAL.. R\$ 760.000,00			

05 ÓRGÃO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 UNIDADE: DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
------	----------	----------	---------

05.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente para as escolas do Município e SMEC. E.F.	Adquirir equipamentos e material permanente para uso nas escolas do sistema municipal de ensino fundamental e infantil e também para o setor Administrativo da SMEC.	FUNDEB	80.000,00
05.02 – Construção e reforma de prédios Escolares e de quadras esportivas.	Construção de prédio escolar em alvenaria para (a especificar), reformas (a especificar) e quadras de esportes para escolas municipais, assim como adquirir equipamentos e mobiliários para escolas do Sistema Municipal de Ensino (a especificar)	FUNDEB	100.000,00
05.03 – Adquirir Veículos para Transporte Escolar do Ensino Fundamental e para uso da Secretaria.	Adquirir veículos próprios para transporte escolar do Ensino Fundamental e ou veículo leve para atendimento aos serviços da Secretaria da Educação.	FUNDEB	100.000,00
TOTAL			R\$ 280.000,00

06 ÓRGÃO: SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

01 UNIDADE: SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA *Exerc. 2017*

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
-------------	-----------------	-----------------	----------------

06.01 – Eletrificação e Telefonia Rural	Promover a extensão de rede elétrica em áreas rurais, buscando melhorar as condições de vida do homem do campo e conservação e Manutenção de Telefonia Rural.	Próprios	10.000,00
06.02 – Eletrificação e Telefonia Rural	Promover a extensão de rede elétrica em áreas rurais, buscando melhorar as condições de vida do homem do campo e conservação e Manutenção de Telefonia Rural.	Convênios	10.000,00
06.03 – Construção de quadras esportes, ginásio de esportes	Construção de quadras esportes, ginásio de esportes Comunitários a Especificar	Próprios	50.000,00
06.04 – Construção de quadras esportes, ginásio de esportes	Construção de quadras esportes, ginásio de esportes Comunitários a Especificar	Convênios	300.000,00
06.05 – Aquisição de veículos, máquinas e implementos rodoviários	Adquirir Caminhões Caçamba, Máquinas e Equipamentos, e veículo leve, para melhorar os serviços de manutenção e conservação de estradas.	Próprios	100.000,00
06.05 – Aquisição de veículos, máquinas e implementos rodoviários	Adquirir Caminhões Caçamba, Máquinas e Equipamentos, e veículo leve, para melhorar os serviços de manutenção e conservação de estradas.	Convênios	400.000,00
06.06 – Aquisição de equipamentos e material permanente para arruamento e material de consumo.	Adquirir equipamentos e material permanente necessários para desenvolver as atividades de serviços de arruamento, praças e jardins.	Próprios	115.000,00
06.07 – Pavimentação de vias públicas	Calçar com pedras irregulares, bloquetes e/ou pavimento asfáltico ruas da sede municipal.	Próprios	100.000,00
06.08 – Pavimentação de vias públicas	Calçar com pedras irregulares, bloquetes e/ou pavimento asfáltico ruas da sede municipal.	Convênios	500.000,00
06.09 – Aquisição de Materiais Permanentes	Adquirir computador, impressoras e equipamentos, para melhorar e agilizar os serviços de responsabilidade da Secretaria.	Próprios	50.000,00
06.10 – Aquisição e/ou Indenização de Imóveis para realização de obras	Aquisição e/ou indenização de áreas urbanas ou rurais para realização de obras públicas.	Próprios	40.000,00

TOTAL R\$ **1.675.000,00**

07 ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

01 UNIDADE: SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
07.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente para a Secretaria.	Aquisição de máquinas, equipamentos de informática e utensílios permanentes para uso no serviço diário da Secretaria.	Próprios	20.000,00
07.02 – Aquisição de equipamentos e material permanente para a Secretaria.	Aquisição de máquinas, equipamentos de informática e utensílios permanentes para uso no serviço diário da Secretaria.	Próprios	5.000,00
07.03 – Aquisição de Veículo	Aquisição de veículo para uso na Secretaria	Próprios	130.000,00
07.04 – Modernização, Conservação e manutenção dos prédios dos ambulatórios	Conservar e manter em condições de funcionamento os prédios onde funcionam os ambulatórios médicos municipais, bem como Aquisição de equipamentos.	Próprios	50.000,00
TOTAL Unidade.....			R\$ 205.000,00

07 ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

04 UNIDADE: DESPESAS C/ RECURSOS VINCULADOS

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA

07.01 – Aquisição de equipamentos e material permanente para a Secretaria.	Aquisição de máquinas, equipamentos de informática e utensílios permanentes para uso no serviço diário da Secretaria.	Convênios	100.000,00
--	---	-----------	------------

07.02 – Modernização, Conservação e manutenção dos prédios dos ambulatórios	Conservar e manter em condições de funcionamento os prédios onde funcionam os ambulatórios médicos municipais, bem como Aquisição de equipamentos.	Convênios	50.000,00
07.03 – Aquisição de equipamentos dentários e hospitalares	Aquisição e modernização de equipamentos para os gabinetes dentários e hospital.	Convênios	100.000,00
07.04 – Aquisição de Veículos e Ambulância	Aquisição de uma Ambulância e de veículos, através de Convênio com a União e ou estado.	Convênios	150.000,00
07.05 – Construção de UBS	Continuação da Construção da UBS	Convênios	50.000,00
TOTAL		R\$	450.000,00

08 ÓRGÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 UNIDADE: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
08.01 – Aquisição de máquinas, equipamentos permanentes.	Aquisição de máquinas e equipamentos para uso nos serviços da Secretaria da Agricultura.	Próprios	30.000,00
08.02 – Modernização da Frota de Veículos.	Aquisição de Veículo Leve, Maquinas ou Equipamentos.	Próprios	30.000,00
08.03 – Modernização da Frota de Veículos.	Aquisição de Veículo Leve, Maquinas ou Equipamentos.	Convênios	250.000,00
TOTAL		R\$	310.000,00

09 ORGÃO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

01 UNIDADE: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

METAS PRIORITÁRIAS: DAR COBERTURA A DESPESAS CLASSIF. COMO RESTOS A PAGAR

Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
-------------	-----------------	-----------------	----------------

09.01 – Reserva de Contingência.	Dar cobertura à despesas classificadas como restos a pagar de exercícios anteriores e também despesas de exercícios anteriores não empenhada durante os mesmo	Próprios	100.000,00
TOTAL		R\$	100.000,00

10 ÓRGÃO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E DESPORTO
01 UNIDADE: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, HABITAÇÃO E DESPORTO
METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
10.01 – Aquisição de Equipamento e material permanente.	Adquirir móveis, equipamentos de informática e utensílios para equipar convenientemente a Secretaria	Próprios	10.000,00
10.02 – Aquisição de Equipamento e material permanente.	Adquirir móveis, equipamentos de informática e utensílios para equipar convenientemente a Secretaria	Convênios	25.000,00
10.03 – Aquisição de materiais esportivos.	Adquirir materiais esportivos para a prática e desenvolvimento das diversas modalidades esportivas, e organização do CMD.	Próprios	10.000,00
10.04 – Aquisição de Veículos	Adquirir veículos para uso na Secretaria	Próprios	35.000,00
10.05 – Aquisição de Veículos	Adquirir veículos para uso na Secretaria	Convênios	50.000,00
TOTAL		R\$	130.000,00

14 ÓRGÃO: SECRETARIA DO TURISMO
01 UNIDADE: SECRETARIA DO TURISMO
METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA Exerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSOS	VALORES
-------------	-----------------	-----------------	----------------

12.01 – Aquisição de Equipamento e material permanente.	Adquirir moveis equipamentos e utensílios para equipar convenientemente a Secretaria	Próprios	40.000,00
12.02 – Aquisição de Veículos	Adquirir veículo para uso nos serviços da Secretaria	Próprios	10.000,00
12.03 – Aquisição de Veículos	Adquirir veículo para uso nos serviços da Secretaria	Convênios	50.000,00
TOTAL		R\$	100.000,00

SUB TOTAL R\$ 5.430.000,00

ORGÃO: FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO - FSSM
METAS PRIORITÁRIAS: MANUTENÇÃO DO FUNDO - RPPSExerc. 2017

META	OBJETIVO	RECURSO	VALORES
11.01 – Fundo de Seguridade Social do Município.	Manter o Fundo de Seguridade Social do Município como fonte de recursos para dar cobertura a despesas administrativas, de aposentadoria de Servidores Municipais exercentes de Cargos de Provimento Efetivo e das pensões de seus dependentes, mantendo inclusive um Fundo de Reservas.	Próprios	5.000.000,00
TOTAL		R\$	5.000.000,00

TOTAL GERAL DAS METAS DE INVESTIMENTOS R\$ 10.430.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	2016
		Arrecadado	Arrecadado	Arrecadado	Reestimado

1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.259.888,41	19.631.069,68	18.295.369,65	21.114.600,00
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	838.719,74	929.222,02	917.650,19	944.900,00
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	841.247,48	988.517,55	1.158.562,58	1.000.000,00
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	5.678,73	5.273,59	39.851,24	29.000,00
	Receita de Contribuições - R P P S				
1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0		835.568,75	983.243,96	1.118.711,34	971.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	787.694,70	1.960.576,23	2.354.646,33	2.094.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	787.694,70	1.960.576,23	2.354.646,33	2.094.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	135.268,73	124.971,74	162.385,93	144.000,00
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	652.425,97	1.835.604,49	2.192.260,40	1.950.000,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais				
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA				
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL				
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	23.083,61	35.417,01	20.396,88	19.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.392.411,76	15.562.499,20	13.687.639,34	16.908.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	376.731,12	154.837,67	156.474,33	148.700,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	376.731,12	153.345,61	152.482,27	146.700,00
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S		1.492,06	3.992,06	2.000,00
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.661.729,35	1.445.041,67	1.311.825,04	164.000,00
2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO				
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	111.500,00	0,00	110.150,00	0,00
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	105.183,65	136.804,73	169.629,04	164.000,00
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE	1.445.045,70	1.308.236,94	1.032.046,00	0,00

2.5.0.0.00.00.00.00	CAPITAL				
7.2.1.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				
9.0.0.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	209.733,99	196.832,41	272.994,30	180.000,00
	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.002.473,00	-2.187.977,46	-7.333,16	-2.358.600,00
	TOTAL DA RECEITA	17.128.878,75	19.084.966,30	19.872.855,83	19.100.000,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	2013 Liquidado	2014 Liquidado	2015 Liquidado	2016 Reestimado
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.203.435,24	14.055.685,17	14.607.451,99	18.254.161,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.558.058,76	7.811.035,02	8.200.331,75	10.144.782,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.957.136,62	6.928.288,60	7.122.579,49	9.061.782,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	600.922,14	882.746,42	1.077.752,26	1.083.000,00
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.282,28	20.621,21	5.219,84	10.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	37.282,28	20.621,21	5.219,84	10.000,00
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS				
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.608.094,20	6.224.028,94	6.401.900,40	8.099.379,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.216.669,56	6.121.368,88	6.320.189,00	8.051.379,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	391.424,64	102.660,06	81.711,40	48.000,00
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.980.878,35	2.452.716,66	1.280.846,60	2.287.604,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.678.007,88	2.134.602,25	993.014,93	2.149.604,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.678.007,88	2.134.602,25	993.014,93	2.149.604,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS				
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.552,00	0,00	0,00	0,00
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos				
4.5.90.99.00.00.00	Outras inversões Financeiras	3.552,00	0,00	0,00	
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	299.318,47	318.114,41	287.831,67	138.000,00

9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				-3.413.766,7
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.972.000,0
	TOTAL DA DESPESA	14.184.313,59	16.508.401,83	15.888.298,59	19.100.000,0
	PREVISÕES DA LEI DE ORÇAMENTO	2013	2014	2015	2016
	Receita Prevista (já deduzido o FUNDEB)	18.300.000,00	20.191.400,00	19.086.000,00	19.100.000,00
	Rendimento de Aplicações Financeiras	787.694,70	1.960.576,23	2.354.646,33	2.094.000,00
	Receita de Operações de Crédito				
	Receita de Alienação de Bens	111.500,00	0,00	110.150,00	0,00
	Receita de Amort.de Empréstimos Concedidos	105.183,65	136.804,73	169.629,04	164.000,00
	Despesa Fixada (cfe lei de orçamento)	18.300.000,00	20.191.400,00	19.086.000,00	19.100.000,00
	Juros e Encargos da Dívida	37.282,28	20.621,21	5.219,84	10.000,00
	Amortização da Dívida	299.318,47	318.114,41	287.831,67	138.000,00
	Concessão de Empréstimos				

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2017

TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal

Exercício	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	
(1) Dívida Consolidada	513.090,40	545.626,60	496.033,54	380.481,76	218.973,66	8.948,40
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	1.372.177,97	1.490.650,92	1.240.710,41	1.367.846,43	1.366.402,59	1.324.986,48
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(987.364,67)	(1.147.428,93)	(1.316.038,07)
(4) Passivos	645.955,09	242.965,94	828.870,28			

Reconhecidos						
(5) Dívida Fiscal Líquida	(645.955,09)	(242.965,94)	(828.870,28)	(987.364,67)	1.147.428,93)	(1.316.038,07)
(6) Resultado Nominal	357.342,20	402.989,15	(585.904,34)	(158.494,39)	(160.064,26)	(168.609,14)

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida

Operações de Crédito / Pagamentos	2.014	2.015	2.016	2.017	2.018	
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-			
2.2 Encargos	20.621,21	5.219,84	10.000,00	11.765,77	13.622,36	15.682,28
2.3 Amortizações	318.114,41	287.831,67	138.000,00	162.367,57	187.988,52	216.415,52

Fonte: Sistema Betha Sistemas, Unidade Responsável Contabilidade, Data da emissão 18/08/2016 e hora de emissão 11:08

Município de :
Boqueirão do Leão

- RS
MEMÓRIA DE
CÁLCULO DAS
RECEITAS E
DESPEAS - LDO
PARA 2016

Valores em R\$ 1,00

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA 2013	ARRECADADA 2014	ARRECADADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.259.888,41	19.631.069,68	18.295.369,65	21.114.600,00	22.658.358,89
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	838.719,74	929.222,02	917.650,19	944.900,00	989.413,99
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUICOES	841.247,48	988.517,55	1.158.562,58	1.000.000,00	1.156.866,74
1.2.0.0.00.00.00.00	Receitas de Contribuições - P M	5.678,73	5.273,59	39.851,24	29.000,00	30.861,54
1.2.0.0.00.00.00.00	Receita de Contribuições - R P P S	835.568,75	983.243,96	1.118.711,34	971.000,00	1.126.005,20
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	787.694,70	1.960.576,23	2.354.646,33	2.094.000,00	2.203.516,20
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações Financeiras	787.694,70	1.960.576,23	2.354.646,33	2.094.000,00	2.203.516,20
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - PM	135.268,73	124.971,74	162.385,93	144.000,00	151.531,20
1.3.2.0.00.00.00.00	Rendimentos de Aplicações - RPPS	652.425,97	1.835.604,49	2.192.260,40	1.950.000,00	2.051.985,00
1.3.9.0.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	-	-	-	-	-
1.5.0.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS	23.083,61	35.417,01	20.396,88	19.000,00	20.219,63
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.392.411,76	15.562.499,20	13.687.639,34	16.908.000,00	18.130.097,13
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	376.731,12	154.837,67	156.474,33	148.700,00	158.245,20
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - P M	376.731,12	153.345,61	152.482,27	146.700,00	156.116,82
1.9.0.0.00.00.00.00	Outras Receitas Correntes - R P P S	-	1.492,06	3.992,06	2.000,00	2.128,38
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.661.729,35	1.445.041,67	1.311.825,04	164.000,00	174.527,32

2.1.0.0.00.00.00.00	OPERACOES DE CREDITO	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS	111.500,00	-	110.150,00	-	-
2.3.0.0.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	105.183,65	136.804,73	169.629,04	164.000,00	174.527,32
2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.445.045,70	1.308.236,94	1.032.046,00	-	-
2.5.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
7.2.1.0.00.00.00.00	Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	209.733,99	196.832,41	272.994,30	180.000,00	208.734,23
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(2.002.473,00)	(2.187.977,46)	(7.333,16)	(2.358.600,00)	(2.510.000,87)
	TOTAL DA RECEITA	17.128.878,75	19.084.966,30	19.872.855,83	19.100.000,00	20.531.619,57

CÓDIGOS	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA 2013	REALIZADA 2014	REALIZADA 2015	REESTIMADO 2016	PROJETADO 2017
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	12.203.435,24	14.055.685,17	14.607.451,99	18.254.161,56	20.563.352,36
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.558.058,76	7.811.035,02	8.200.331,75	10.144.782,00	12.028.609,48
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal Próprio	5.957.136,62	6.928.288,60	7.122.579,49	9.061.782,00	10.744.502,63
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	600.922,14	882.746,42	1.077.752,26	1.083.000,00	1.284.106,85
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.282,28	20.621,21	5.219,84	10.000,00	11.765,77
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida	37.282,28	20.621,21	5.219,84	10.000,00	11.765,77
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.608.094,20	6.224.028,94	6.401.900,40	8.099.379,56	8.522.977,11
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.216.669,56	6.121.368,88	6.320.189,00	8.051.379,56	8.472.466,71
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Corrente RPPS	391.424,64	102.660,06	81.711,40	48.000,00	50.510,40
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.980.878,35	2.452.716,66	1.280.846,60	2.287.604,57	2.537.497,91

4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.678.007,88	2.134.602,25	993.014,93	2.149.604,57	2.375.130,33
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	1.678.007,88	2.134.602,25	993.014,93	2.149.604,57	2.375.130,33
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos RPPS	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	3.552,00	-	-	-	-
4.5.90.66.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-
4.5.90.99.00.00.00	Outras Inversões Financeiras	3.552,00	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	299.318,47	318.114,41	287.831,67	138.000,00	162.367,57
9.9.99.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				(3.413.766,13)	(4.623.466,25)
9.9.99.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS				1.972.000,00	2.054.235,56
	TOTAL DA DESPESA	14.184.313,59	16.508.401,83	15.888.298,59	19.100.000,00	20.531.619,57

Nota:

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, de acordo com os índices atualizados nesse período junto ao Bacen.

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Execício	2015	2017	2018	2019
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,67%	5,23%	4,74%	4,58%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,80%	1,13%	2,09%	2,30%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-11,69%	2,25%	1,09%	5,35%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-4,01%	0,00%	0,00%	0,00%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-8,12%	-1,61%	-3,57%	-2,06%
CRESC.REAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS	-18,92%	0,76%	0,47%	6,93%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL	6,00%	10,20%	7,00%	7,00%

CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-60,35%	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	14,25%	11,81%	10,54%	10,08%
PIB / RS (em R\$ milhões)	392.248	450.965	493.197	537.405

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	PIB	ESF.ARREC .TRIBUT.	CRESC. REC.TRANS FERIDAS	AUMENTO SALARIAL	TX DE JUROS
Receitas Tributárias	X	X	X			
Receitas de Contribuições - P M	X	X				
Receita de Contribuições - R P P S	X				X	
Rendimentos de Aplicações Financeiras	X					
Rendimentos de Aplicações - PM	X					
Rendimentos de Aplicações - RPPS	X					
Outras Receitas Patrimoniais	X	X				
Receitas Agropecuárias	X	X				
Receitas Industriais	X	X				
Receitas de Serviços	X	X				
Transferências Correntes	X	X		X		
Outras Receitas Correntes - P M	X					
Outras Receitas Correntes - R P P S	X					
Operações de Crédito						
Alienação de Bens	X					
Amortização de Empréstimos	X					X
Transferências de Capital	X	X				
Outras Receitas de Capital	X					
Receitas Intra Orçamentárias - RPPS	X				X	
Deduções da Receita	X					

ESPECIFICAÇÃO	INFLAÇÃO	CRESC. FOLHA	CRESC. CUSTEIOS	AUMENTO SALARIAL	CRESC. INVESTIM	TX DE JUROS
Pessoal Próprio	X	x		X		
Pessoal do R P P S	X	x		X		
Juros e Encargos da Dívida	X					X
Juros e encargos da Dívida RPPS	X					x
Outras Despesas Correntes	X		X			
Outras Despesas Corrente RPPS	X		X			
Invetimentos	X				X	
Invetimentos RPPS	X				x	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	X					
Outras Inversões Financeiras	X					
Amortização da Dívida Pública	X					x

Município de . Boqueirão do Leão - RS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - CONSOLIDADO

EXERCÍCIO DE 2017

AMF -
Demonstrativo I
(LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	20.531.620	19.511.185	0,005%	22.028.034	19.985.895	0,004%	25.006.952	21.695.017	0,005%

Receitas Primárias (I)	18.153.576	17.251.331	0,004%	19.533.451	17.722.575	0,04%	22.393.628	19.427.803	0,004%
Despesa Total	20.531.620	19.511.185	0,005%	22.028.034	19.985.895	0,04%	25.006.952	21.695.017	0,005%
Despesas Primárias (II)	20.357.486	19.345.706	0,005%	21.826.423	19.802.975	0,04%	24.774.854	21.493.658	0,005%
Resultado Primário (I – II)	(2.203.910)	(2.094.374)	0,000%	(2.292.972)	(2.080.399)	0,00%	(2.381.226)	(2.065.855)	0,000%
Resultado Nominal	(158.494)	(150.617)	0,000%	(160.064)	(145.225)	0,00%	(168.609)	(146.278)	0,000%
Dívida Pública Consolidada	380.482	361.572	0,000%	218.974	198.673	0,00%	8.948	7.763	0,000%
Dívida Consolidada Líquida	(987.365)	(938.292)	0,000%	(1.147.429)	(1.041.055)	0,00%	(1.316.038)	(1.141.741)	0,000%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	-	-	0,00%	-	-	0,000%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	-	-	0,00%	-	-	0,000%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	-	-	0,00%	-	-	0,000%

Fonte: Sistema Beta Sistemas, Unidade Responsável Contabilidade, Data da emissão 18/08/2016 e hora de emissão 11:08

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF. Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia UtilizadaS:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2013, 2014 e 2015) e os valores reestimados para o exercício atual (2016), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,13 %, 2,09 % e 2,30 % e das taxas de inflação (IPCA), de 5,23 %, 4,74 % e 4,58 %, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 18/08/2016.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 553/2014 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2017. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetros a previsão de taxa de juros SELIC, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 18/08/2016.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2016, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas, os números mais representativos no contexto das projeções:
 - 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2017, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 20.531.620,00, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 2.203.516,20), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Aliações de Bens (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 174.527,32), resultam numa Receita Primária de R\$ 18.153.576,00
 - 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 20.531.620,00 Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 11.765,77, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 162.367,57, tem-se que as despesas primárias para 2017 foram previstas em R\$ 20.357.486,00.

Município de : Boqueirão do Leão - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo I (LRF,
 art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	3.388.853	3.220.425	0,001%	3.647.391	3.309.255	0,001%	3.924.003	3.404.306	0,001%
Receitas Primárias RPPS (I)	1.336.868	1.270.425	0,000%	1.498.142	1.359.255	0,000%	1.676.318	1.454.306	0,000%
Despesa Total RPPS	3.388.853	3.220.425	0,001%	3.647.391	3.309.255	0,001%	3.924.003	3.404.306	0,001%
Despesas Primárias RPPS (II)	3.388.853	3.220.425	0,001%	3.647.391	3.309.255	0,001%	3.924.003	3.404.306	0,001%
Resultado Primário RPPS (I – II)	(2.051.985)	(1.950.000)	0,000%	(2.149.249)	(1.950.000)	0,000%	(2.247.685)	(1.950.000)	0,000%

Fonte: Sistema Betha Sistemas, Unidade Responsável Contabilidade, Data da emissão 18/08/2016 e hora de emissão 11:08

Município de : Boqueirão do Leão - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I - METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
 EXERCÍCIO DE 2017

R\$ 1,00									
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)									
ESPECIFICAÇÃO	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	17.142.767	16.290.760	0,004%	18.380.643	16.676.640	0,004%	21.082.949	18.290.711	0,004%
Receitas Primárias (I)	16.816.708	15.980.907	0,004%	18.035.308	16.363.320	0,004%	20.717.310	17.973.497	0,004%
Despesa Total	17.142.767	16.290.760	0,004%	18.380.643	16.676.640	0,004%	21.082.949	18.290.711	0,004%
Despesas Primárias (II)	16.968.633	16.125.281	0,004%	18.179.032	16.493.720	0,004%	20.850.851	18.089.352	0,004%
Resultado Primário (I – II)			0,000%			0,000%			0,000%

(151.925)	(144.374)		(143.723)	(130.399)		(133.542)	(115.855)	
-----------	-----------	--	-----------	-----------	--	-----------	-----------	--

Fonte: Sistema Betha Sistemas, Unidade Responsável Contabilidade, Data da emissão 18/08/2016 e hora de emissão 11:08

Município de : Boqueirão do Leão - RS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO I METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2017

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	II-Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	19.086.000	0,005%	19.872.856	0,005%	786.856	4,12%
Receita Primárias (I)		0,004%	17.238.43	0,004	786.856	4,78%

	16.451.575		0	%		
Despesa Total	19.086.000	0,005%	15.888.299	0,004%	(3.197.701)	-16,75%
Despesa Primárias (II)	18.792.948	0,005%	15.595.247	0,004%	(3.197.701)	-17,02%
Resultado Primário (I-II)	(2.341.374)	- 0,001%	1.643.183	0,000%	3.984.557	-170,18%
Resultado Nominal	297.189	0,000%	402.989	0,000%	105.800	35,60%
Dívida Pública Consolidada	381.228	0,000%	545.627	0,000%	164.399	43,12%
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	-	0,000%	-	-

Fonte: Sistema Betha Sistemas, Unidade Responsável Contabilidade, Data da emissão 18/08/2016 e hora de emissão 11:08